

**A ESCRITA DAS MULHERES NEGRAS, TRABALHADORAS DOMÉSTICAS:
LENIRA MARIA DE CARVALHO E FRANCISCA DE SOUZA SILVA**

**THE WRITING OF BLACK WOMEN, DOMESTIC WORKERS: LENIRA
MARIA DE CARVALHO AND FRANCISCA DE SOUZA SILVA**

Zâmbia Osório dos Santos¹

<https://orcid.org/0000-0002-7301-6340>

Eliane Santana Dias Debus²

<https://orcid.org/0000-0003-0555-2069>

RESUMO: Este artigo se debruça sobre as narrativas Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica (1982) e A luta que me fez crescer (2000), de Lenira Maria de Carvalho, e Ai de vós! Diário de uma doméstica (1983), de Francisca de Souza Silva, buscando verificar como as autoras tecem, a partir das suas memórias, o discurso sobre as experiências e trajetórias de vida de mulheres negras, trabalhadoras domésticas. Apoiamo-nos para a reflexão nos estudos de Frantz Fanon (2005) e Paulo Freire (1988) que acenam para a ação do oprimido e a audição/ausculta de seu dizer. Constata-se que a escrita dessas mulheres se contrapõe, de forma aguda, a uma narrativa autorizada sobre a história das mulheres, história de trabalhadoras e a história da sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres negras, escritas, trabalhadoras domésticas.

ABSTRACT: This article focuses on the narratives Only the people who live are those who know: testimony of a domestic (1982) and The fight that made me grow (2000), Lenira Maria de Carvalho, and Woe to you! Diary of a domestic (1983), by Francisca de Souza Silva, seeking to verify how the authors weave, from their memories, the discourse on the experiences and life trajectories of black women,

¹ Graduada em História (UFSC). Mestre em Educação (PPGE/UFSC/2018). Membro do Grupo de pesquisa sobre literatura infantil e juvenil e práticas de mediação literária - Literalise e ALTERITAS: Diferença, arte e educação, ambos do Centro de Ciências da Educação - UFSC. Florianópolis, SC. E-mail: zambia.osorio@gmail.com

² Possui graduação em Letras (FUCRI/1991), Mestrado em Literatura (UFSC/1996), Doutorado em Teoria Literária (PUCRS/2001) e Pós-doutorado em andamaneto na Universidade do Minho. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis/SC) atuando no Centro de Ciências da Educação. Líder do grupo de pesquisa sobre literatura infantil e juvenil e práticas de mediação literária - Literalise. E-mail: elianedebus@hotmail.com. Florianópolis, SC

domestic workers. We support for reflection in the studies of Frantz Fanon (2005) and Paulo Freire (1988) that wave to the action of the oppressed and the hearing / auscultating of his saying. The writing of these women contrasts sharply with an authoritative narrative about the history of women, the history of women workers, and the history of Brazilian society.

KEYWORDS: black women, writers, domestic workers.

Este artigo se debruça sobre as narrativas *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica* (1982) e *A luta que me fez crescer* (2000), de Lenira Maria de Carvalho, e *Ai de vós! Diário de uma doméstica* (1983), de Francisca de Souza Silva, com o intuito de verificar como elas tecem, a partir das suas memórias, o discurso sobre as experiências e trajetórias de vidas de mulheres negras, trabalhadoras domésticas.

Partimos da constatação de que não somos sujeitos lineares ou constituídos de coerência contínua. Assim, ao (re)escrever uma trajetória de vida, há o embate com os discursos conflitantes que nos compõem no processo de escrita, no qual, tomando consciência dessas contradições, as narradoras precisam solucioná-las buscando uma personagem autobiográfica coerente em sua narrativa. Esse “trabalho cognitivo” constitui uma forma diferente de pensar, de se perceber e estar no mundo, como já escrito por Bueno, Sousa e Catani (1993).

Na reconstituição, contada de alguns acontecimentos, nota-se a própria ressignificação de algumas percepções de si. Nesse sentido, na rememoração a memória assume a forma de trabalho e “revela sua dimensão cognitiva, seu caráter de saber” (BRANDÃO, 2001, p. 3). É preciso considerar as potencialidades de atuação das memórias.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstituição de si (POLLAK, 1989).

Sendo assim, as memórias trazidas pelas narrativas de Carvalho (1982, 2000) e Silva (1983) podem ser lidas dentro de um contexto de contestação a uma memória oficial autorizada. Escrever de si é uma (re)construção das identidades, um processo de rearticular questões e assumir o domínio da própria vida, o controle da sua trajetória narrada, expressados aqui como “experiência vivida da teorização” (HOOKS, 2013, p. 86). A teorização nem

sempre é consciente, já que “A posse de um termo não dá existência a um processo ou prática; do mesmo modo, uma pessoa pode praticar a teorização sem jamais conhecer/possuir o termo” (HOOKS, 2013, p. 86). Entendemos, então, as trajetórias das duas mulheres como processos de teorização sobre diferentes âmbitos de suas vidas.

As obras *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica* (1982) e *A luta que me fez crescer* (2000) foram escritas a partir das vivências de Carvalho, trabalhadora doméstica sindicalizada, no momento em que escreve os livros, saída do interior de Alagoas, de uma região de engenho de cana, onde, segundo seus textos, ainda se mantinham relações de trabalho análogas à escravidão. Trabalhadora doméstica desde os 14 anos na cidade de Recife, no estado de Pernambuco, sua trajetória envolveu participação na militância, tendo feito parte da Juventude Operária Católica (JOC), e foi membro componente da diretoria da Associação de Domésticas do Recife durante as décadas de 1970 e 1980, passando a integrar o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Cidade do Recife desde sua criação.

Silva, escritora de *Ai de vós! Diário de uma doméstica* (1983), nasceu em 1943 num vilarejo chamado Palmares, no município de Campos de Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, filha de pais lavradores, numa região onde os canaviais eram a base da economia e a presença negra, na composição da população, era muito grande. Com a morte do pai, a mãe lhe “deu” para os cuidados de outras pessoas, e nessas casas de família onde foi sendo recebida trabalhou como doméstica desde muito jovem. Mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro aos 12 anos, seguindo o caminho da irmã mais velha, para continuar a trabalhar como doméstica, acreditando ter, na capital do estado, melhores condições de trabalho.

Carvalho e Silva, mulheres negras, domésticas escritoras, ou escritoras domésticas, cujos livros foram escolhidos para análise, escreveram sobre suas lutas diárias, em processos de lembrar e reescrever suas vidas e é sobre elas e sobre essas escritas que ora nos debruçamos.

Frantz Fanon e Paulo Freire: dos diálogos possíveis

Em *Pedagogia do oprimido*, Paulo Freire (1988) apresenta a situação de oprimido como construída pelos opressores:

A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, *destino dado*, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o *ser menos*. (FREIRE, 1988, p. 16, grifos do autor).

Ao colocar a situação de oprimido como uma ação, e não um estado de natureza, em diálogo profundo com o que escreveu Frantz Fanon (2005), no livro *Os Condenados da Terra*, abre-se a possibilidade de repensar este lugar quando realizamos o procedimento de desnaturalizar o lugar que ocupa o oprimido. Em vista disso, torna-se possível vislumbrar as suas potencialidades, compreendendo que sua atuação é protagonista em suas trajetórias e que a condição de oprimidos não traduz suas existências. Assim, existem muitos matizes de experiências e vivências em cada uma das pessoas transformadas em oprimidas, portanto, Carvalho e Silva existem em diferentes espectros para além do, ou também atravessados pelo, lugar que ocupam como trabalhadoras domésticas.

A construção dos oprimidos pelo opressor implica num processo de negação de uma identidade própria, ao mesmo tempo em que há a imposição de outra, entendida por Freire (1988) como o processo de desumanização; processo esse, que segundo Fanon (2005), é a ação do opressor que produz os oprimidos, impedindo que estes reconheçam a face de seus opressores e dificultando, também, o seu autorreconhecimento. Em vista disso, pretendemos aqui demonstrar como, na escrita de Silva (1983) e Carvalho (1982, 2000), há um movimento de quebra dessa lógica imposta, por não assumirem essa identidade de oprimidas, mesmo que em muitos momentos se trate de um esforço contínuo de negar essa identidade imposta.

Dessa maneira, utilizaremos as quatro características propostas por Freire (1988), em *A pedagogia do Oprimido*, para demonstrar esse movimento onde, ao construírem suas identidades narrando suas trajetórias, Carvalho e Silva, num movimento diametralmente oposto, vão desconstruindo a identidade imposta pela opressão, paralelamente ao movimento de ter “consciência para si”. Cada tema se refere a um trecho escolhido para representar as quatro características da identidade de oprimidos.

“Atitudes fatalistas em face da situação concreta de opressão em que estão”

A atitude fatalista, de acordo com o que escreveu Freire (1988), cria-se por situações históricas e sociais, apresenta-se como atitude natural dos oprimidos, que entendem suas vidas como controladas pelo destino ou por forças externas a eles. Fanon (2005) explora a questão do elemento religioso, de tal forma que a atuação do opressor é totalmente ignorada em nome do destino traçado por Deus.

Silva, embora não tenha o engajamento político militante como Carvalho, em diferentes momentos de sua trajetória, ao perceber que a situação de vida ou trabalho que lhe estava colocada não era digna, dizia “Me deem meu dinheiro que eu já vou embora” (SILVA, 1983), ou como na passagem que segue, que inicia com a entrada do patrão no quarto das empregadas, logo após elas terem recebido ordens para ir deitar:

[...] como é que eu vou fazer a garota dormir? Vocês estão pensando que isto aqui é hospedaria? Eu é que vou fazer a criança dormir?

A babá se levantou de um salto. Saiu e foi cuidar da criança. Aí eu me enfezei, me vesti, peguei minha mala que nem tinha ainda mexido, sai do quarto e falei para a senhora portuguesa que já ia também embora, no dia seguinte. – Moça, pra mim chega, eu vou embora agora esse homem é louco, não sou eu que fico aqui nem mais um minuto! Credo! Que burro! (SILVA, 1983, p. 30).

Silva faz esse movimento de mudar de padrões em diferentes momentos, logo que percebe que as condições de trabalho não são o que considera, em suas próprias palavras, “decente”; muda quando o patrão é um magistrado que tem mais intenções com o seu corpo do que com a faxina da casa; muda quando o próximo patrão a convida para ter um caso com ela, independente de sua esposa morar na mesma casa. Desde o momento em que se entendeu não mais como uma criança: “[...] fui apresentada à velha que estava lá provisória e a babá, que era uma garota pouco mais nova que eu, mas não sei porque, eu me sentia madura e cansada – não para trabalhar, mas a mente” (SILVA, 1983, p. 29). Nesse processo de amadurecimento forçado pelas condições materiais de sua existência, que ocorre muito antes de chegar aos 14 anos de idade, Silva (1983) compreende que depende dela as mudanças que forem necessárias, e essa possibilidade e ação de mudanças só lhe é limitada conforme seus filhos vão nascendo e outros fatores, como onde morar e de quanto tempo durará

a instabilidade, passam a ter um peso muito maior.

A trajetória de Carvalho é um pouco diferente, por haver uma inserção muito grande na Igreja Católica, onde fez seus estudos do que hoje denominamos Ensino Fundamental. Houve um momento em que suas respostas eram buscadas através de Deus: “eu procurava uma coisa, porque era sofrer muito. A religião me respondia, mas de certo modo não respondia. Nas dúvidas que eu tinha, eu me perguntava: mas o que é esse Cristo que não responde?” (CARVALHO, 1982, p.12). Assim, contraposto por uma história como esta:

[...] eu fui numa escola profissional de arte culinária e teve um debate lá. E a professora fazia aquela escala de quem estava mais alto e quem estava mais baixo na sociedade. E no mais alto ela botava o patrão, as professoras, tudo. E a gente doméstica ficava no último lugar da escala. Ela começou falando isso. E depois disse que a patroa podia dizer tudo para a gente. Se a gente não gostasse, a gente podia sair da casa, mas não podia responder, não podia dizer nada, não podia dizer o que estou sentindo, se eu estou aceitando ou não aceitando. O de baixo não podia responder ao de cima.

Aí eu não aguentei, aquilo me ferveu! E falei para ela:

- Eu acho que é por isso que a gente doméstica não gosta de ser doméstica. Porque é uma desvalorização.

Ai ela se virou para mim e disse:

- É que você não dá mais para ser doméstica.

É outra coisa: basta a gente ser esclarecida que não é mais doméstica. Então, a doméstica tem que ser aquela pessoa burra, ignorante. E na medida que nos dão oportunidade, e que eu descubro, que a menina outra companheira minha descobre, que começa a se sair, a falar, então você não é mais doméstica, ou você não dá mais para ser doméstica. Então aquilo me ferveu. E de fato, com ela não tinha palavra para dizer, não adiantava. Quando eu falei aquelas coisas para a professora, não teve uma doméstica que reagisse a meu lado. Mas quando eu me sentei, as mãos por debaixo das carteiras vinha para apertar a minha mão. E depois falaram: “Mas Lenira, como foi bom, Lenira. Como foi bom tu falar, Lenira. Como tu tem coragem!” (CARVALHO, 1982, p.50)

Lenira Maria de Carvalho e Francisca Souza da Silva não possuem uma posição de fatalismo diante de suas vidas, pois estão narrando suas histórias, entendendo-se como atuantes em suas trajetórias e visibilizando, mesmo sem essa intenção, as ações de muitas outras mulheres como elas.

“Exercer um tipo de violência horizontal com que agredem os próprios companheiros”

Manifestação que explicita e materializa a dualidade entre ser o oprimido e estar internalizando o opressor, ao agredirem seus companheiros oprimidos, os mesmos estariam, indiretamente, agredindo o opressor também “hospedado”, “agredem, como opressores, o opressor nos oprimidos” (FREIRE, 1988).

Carvalho e Silva entendem que o tratamento que recebem não é digno e que a resposta não é a mesma ação, mas outras formas de organização, inclusive de solidariedade entre suas companheiras de categoria, compreendendo quando as mesmas agem contra o coletivo:

[...] quando você não descobre que não esta só, você é capaz de renegar as suas companheiras, de ser contra elas.

Por isso que é preciso entender muito para a gente aceitar e entender as posições que a gente toma como empregada doméstica. (CARVALHO, 1982, p. 50).

Carvalho, na luta pela profissionalização de sua profissão e sindicalizada, tem essa compreensão de como se dão as relações dentro da categoria e pauta a organização como forma de transformação da realidade dela e de suas companheiras, organização política, sindical e de mudança de postura diante do trabalho que realizam.

Por outro lado, Silva (1983) rebela-se contra a violência da opressão realizando pequenas vinganças diante das figuras de seus opressores:

Fui trabalhar novamente em Copacabana, na Santa Clara, com um casal de velhos que era um saco, mas mesmo assim fiquei lá alguns tempos. Ela viajava, eu ficava tomando conta do apartamento, gostava dela mas era bem chata. Um dia, encerei a casa toda, fui para a faxina da cozinha, então ela pisou na água do chão e foi sujando tudo lá para dentro. Me deu uma raiva danada. Quando ela pisou na passadeira, eu dei um puxão e ela caiu, levantou-se, brigou comigo [...] (SILVA, 1983, p.27)

“Em certo momento da experiência existencial dos oprimidos, uma irresistível atração pelo opressor”

A atração sobre a qual Freire (1988) escreve é a aspiração em experimentar o padrão de vida do outro, em sua alienação buscam parecer com seus opressores. Utilizando Fanon (2005) para aprofundar essa questão, ao assumir os modos do colono, o colonizado busca superar a situação de colonização. Essa percepção é compartilhada por Carvalho), que, com sua própria explicação, “é aquela vontade de ter as coisas, a vontade de uma jovem que está tendo aquela tentação dentro da própria casa onde ela trabalha e mora”(1982, p.35), mais a frente, no livro, a autora ainda diz:

É difícil da gente que é doméstica ter uma personalidade firmada. Eu não quero dizer que isso é culpa da patroa, eu não quero culpar a patroa em si, uma patroa, mas a sociedade. E a doméstica, se ela não vê é porque a gente se coloca dentro de uma casa, então a gente adquire muita coisa das patroas ricas [...] eu digo que é difícil ela ter uma personalidade ela ter uma personalidade dedicada é porque, na mesma hora que ela rejeita aquela patroa, aquele estado de ser doméstica, ela está adquirindo e aceitando coisa dela. É a maneira às vezes de se vestir, é o comportamento... (CARVALHO, 1982, p.).

É preciso colocar em questão que a relação entre empregada doméstica e os padrões é permeada por tensionamentos, que impedem uma atração irresistível. Como pontuam Fanon (2005) e Freire (1988), a percepção da opressão ocorre, mesmo que de forma homeopática, cotidianamente, como percebemos ao ler a seguinte passagem:

Eu fiquei em pé na cozinha, pensando no que ia fazer, então a portuguesa me pegou pelos ombros e me levou para deitar. Eu me deitei mas não dormi logo. Chorei, chorei muito debaixo da coberta. Ai eu descobri que mesmo sem conhecer aquele homem eu o detestava. Mas precisava trabalhar. (SILVA, 1983, p. 30).

Essa cena demonstra o embate constante ente opressor e oprimido no sentido de pertencer a um sistema de opressão no qual libertar-se não é algo presente no horizonte de expectativas próximo. O caso de empregadas domésticas tem outro elemento, o opressor, quando representado na figura das patroas, não representa fascínio, em alguns momentos há empatia por

parte das empregadas, alimentada por discursos como o “você é como se fosse da família”, mas esses discursos são contrariados pelas práticas, como quando Carvalho reflete:

[...] então foi que eu cheguei à conclusão que eles só queriam o meu trabalho. Por que não queriam que eu casasse quando diziam que eu era da família? Depois que viram que o noivado ia para a frente e tudo, aí aceitaram e começaram o enxoval. Mas tal foi a alegria quando o casamento acabou! Como eu sentia uma alegria neles! (CARVALHO, 1982, p. 14).

Não partilham também desse fascínio pela vida de suas patroas, pois em vários momentos entendem que não estão em condições muito melhores de vida, se não pela questão financeira, pela relação que estabelecem com seus maridos e familiares, ao ponto de Silva ter pena de uma de suas patroas, que “pouco falava”, “uma mulher muito nervosa”, e da qual presenciava muitos momentos como “minha patroa trancada no quarto como sempre, meu patrão e ela brigavam muito, saiu até pancada lá no quarto deles” (SILVA, 1982, p. 31), tão comuns ao ponto de em uma tarde em que a patroa brigava com ela pela suposta má qualidade do serviço prestado, responder da seguinte forma: “- Eu tenho pena da senhora, ouviu? Eu sei que você sofre, pensa que eu não entendo?” (SILVA, 1982, p. 31).

A autodesvalia é outra característica dos oprimidos

A autodesvalia trata-se de desvalorizar e desumanizar os oprimidos, através de discursos contínuos de menosprezo, que servem para manter as posições nas relações de opressão, como escreveu Freire:

De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua “incapacidade”²¹. Falam de si como os que não sabem e do “doutor” como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos são os convencionais. (FREIRE, 1988, p.28).

Reconhecer esse menosprezo criado e alimentado pelo opressor

para com os oprimidos é um processo muito difícil, tanto que o percebemos em alguns momentos mais na escrita de Silva, do que em Carvalho, talvez por não participar de um movimento de organização política, como os sindicato ou associações, a ponto de em um momento, onde narra calamidade, escrever: “tá vendo, eu sabia que ia terminar assim, nunca prestou, só deu pro que não presta...”. No entanto, essas passagens são contrapostas por diferentes momentos em que busca positivar suas escolhas, sua existência e ações: “eu sabia que tinha capacidade [...] mais por meu esforço, porque ninguém me ensinou, mas eu sabia que para viver bem, tinha que procurar fazer o meu melhor”.

Nessa mesma linha de positivação de si, temos as seguintes passagens:

[...] valeu a pena eu sofrer com eles, serviu de lição para mim em tudo e por tudo, soube ser mãe, aprendi a dar valor a tudo aquilo que é difícil e a ser humilde. (SILVA, 1983, p. 130).

Eu acho que teria que falar um pouco da minha vida mesmo como doméstica. Porque em todo o meu trabalho, em toda a minha luta, eu sempre tive que voltar a mim mesma para poder entender as minhas companheiras, Eu Lenira como fui e Lenira como estou sendo hoje, depois de ter passado por um grande processo de aprender com outras pessoas, com as minhas companheiras. (CARVALHO, 1982, p. 9).

Lenira Maria de Carvalho e Francisca Souza da Silva estão constantemente lutando contra essa autodesvalorização, as narrativas de suas experiências são positivadas, onde cada situação vivida se converte em saber, voltando-se para si em busca de aprendizagens e autovalorização para que possam então ser partilhadas entre as companheiras de categoria, no sindicato ou na vizinhança.

Em diálogo com a frase dorsal de Gayatri Chakravorty Spivak “pode o subalterno falar?” (2010, p.12), temos as narrativas de Lenira Maria de Carvalho e Francisca Souza da Silva e a teorização de **Lélia Gonzalez em *Racismo e sexismo na cultura brasileira***, que escreve:

E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZALES, 1984, p.255)

Nesse caso, o lixo a que se refere Gonzalez, escreveu e escreve – aqui na forma das domésticas escritoras, ou escritoras domésticas. Essa forma de escrita não é de hoje, já se escreve há muito tempo, mas sem o poder da escrita reconhecida, por isso escritoras como Maria Firmina dos Reis ficaram por muito tempo à margem, não constavam nos livros didáticos ou na maioria dos manuais de literatura ou o caso de Carolina Maria de Jesus que esteve por muito tempo no limiar entre literatura e relato de vida.

Como escreveu Spivak, num movimento de responder seu questionamento sobre esse lugar que ocupam esses agentes,, “o subalterno é aquele cuja voz não pode ser ouvida” (2010, p.12), entra então em foco o elemento da escuta. O subalterno não tem desconhecimento da fala, não estão calado, não é mudo, a pauta passa a ser a percepção de não estarmos ouvindo esse subalterno. E este movimento também pode ser replicado ao tratar dos textos aqui analisados, se cometermos o erro simplório de acreditar que essas narrativas tratam apenas de mulheres trabalhadoras, economicamente exploradas, vivendo subordinadamente como estranhas num ambiente que não lhes pertence.

Assim, na contramão desse equívoco tentador, propomos uma leitura guiada pela proposição de Luiza Bairros, no texto “Nossos Feminismos Revisitados” (1995), ao escrever sobre as trabalhadoras domésticas, retoma as ideias de Patricia Collins e coloca que “No limite essa marginalidade peculiar e que estimula um ponto de vista especial da mulher negra permitindo uma visão distinta das contradições nas ações e ideologias do grupo dominante”(2000, p.463); ou como escreveu James Baldwin, em seu livro inacabado, transformado em documentário *Eu não sou seu negro*, “vocês nunca tiveram que olhar para mim, eu tinha que olhar para vocês. Eu sei mais sobre vocês do que vocês sabem sobre mim” (E.UA., 2016) frase escrita ao referenciar as relações raciais entre negros e brancos. Como Baldwin, nós pesquisadoras negras olhamos para essas autoras, também negras, e compreendemos as necessidade de aprender a ler esses textos, produzir lentes para essas escritas.

Os textos de mulheres negras domésticas, que são oprimidas pela raça – raça aqui entendida como construção social –, aliada à condição social e as construções de gênero que sobre elas recaem, não se limitam à retrato das opressões, usando nossas lentes forjadas pela existência como pesquisadoras negras, percebemos que estão também representando a resiliência – capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças – das mulheres negras representada em todas as passagens onde experiências são positivadas.

Percebam que nossa narrativa está construída pensando mulheres, essa marcação é de fundamental importância, pois é comum o erro epistemológico da narrativa do “negro”, em nosso caso “negra única”. A narrativa do negro único – racista, é preciso dizer – é aquele na qual enquanto a branquitude – forma de ver e estar no mundo enquanto branco, com privilégios simbólicos reproduzidos na sociedade que concedem poder aos brancos e não são sentidos nem pensados como uma questão racial – funciona de uma forma em que mulheres brancas têm direito à diversidade e, principalmente, à singularidade de narrativas, as mulheres negras passam a figurar na disputa por um único espaço de representação da “mulher negra”, no singular, uma simplificação das subjetividades e questões específicas que compõem cada uma das pessoas desse grupo social.

As mulheres que escreveram esses livros tiveram vidas e experiências distintas, não escrevem pelas mulheres, pelas negras ou por todas as trabalhadoras do setor doméstico, dizem de si, ambas por considerar importante que se saiba o que têm a escrever de si, não são diários pessoais, ao riscar o papel já tinham, em diferentes níveis de materialidade prática, a ideia de circular suas experiências por meio de publicação de seus manuscritos.

Vamos, então, às suas inscrições no mundo:

Agora, quando eu falo para meu mundo de doméstica, ai eu sempre digo: “O que eu estou falando vai ajudar ou não vai?” Aí de fato eu tenho muito mais respeito de falar para as minhas companheiras do que para o resto dos intelectuais e tudo. Porque é isso: a menina torce, torce para que a gente acerte. Então eu não quero errar que é para não levar uma decepção às minhas colegas. (CARVALHO, 1982, p. 42).

Essa história da minha vida poderá talvez [sic] quem sabe ser a minha salvação. (SILVA, 1983, p. 131).

Com esses trechos, percebemos para que seus textos são destinados: Carvalho (1982, 2000) fala a outras empregadas domésticas, por entender que o diálogo entre a categoria é fundamental no processo de organização e conquista de direitos; já Silva (1983) escreve para que outras pessoas tomem conhecimento de sua vida e saibam como existir é um movimento de luta diária.

No fragmento a seguir lemos a situação em que Silva se encontrava após precisar sair da casa na qual morava com o marido: “Só despertei dois dias depois, já na farmácia, com Maria. No dia seguinte, eu já estava melhor, então fui telefonar para o meu trabalho, pois achava que não podia mais tra-

balhar, porque eu, com o meu filho no braço, já era de esperar – rua e fome” (1983, p. 105).

Percebemos aqui um fator já estudado, o fato de que a população não-branca está exposta a um ciclo cumulativo de desvantagens que afeta sua mobilidade social. As possibilidades da população negra de escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que a dos brancos da mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas, todos os esforços podem ruir a qualquer momento. Entretanto, ou mesmo por isso, movimentos de tomada de atitude são constantes nas vivências e, conseqüentemente, nos textos escritos por Carvalho e Silva, como é possível ler a seguir:

Faria o aborto e diria que não sai no samba porque estava doente – e assim eu ficaria livre de Jô, pois achava que ele estava era com apego à minha gravidez e se sentia no direito de me mandar! Para mim não passava de, capricho de um rapaz novo, nada mais! (SILVA, 1983, p. 121).

Lendo esse trecho compreendemos que, ao usar as lentes que propomos, percebemos os elementos de tensão no espaço de negociação entre a opressão e agência destas mulheres. Agência, que de acordo com Hooks (2004), surge a partir da experiência dupla entre coletiva e individual e funciona como compreensão construída sobre a realidade que fornecem a esse indivíduo elementos para a atuação. A agência ocorre ao acompanhar a maneira como as protagonistas se entregam à rememoração do passado a partir das relações espaciais. Em um processo de (re)invenção ao longo do qual não são personagens passivas, a escolha de Silva de realizar o aborto é representação de escolhas para sua vida, a de não ter mais filhos para precisar manter a partir da luta diária, de não ter um novo homem em sua casa, para ser cuidado, ou para lhe ditar o que fazer, já que o início dos conflitos entre ela e “Jô” foram uma tentativa, por parte do jovem rapaz, de impedi-la de sair na escola de samba no carnaval.

A interação que Silva estabelece com os homens vai se transformando ao longo de sua vida, desde a desferir um tapa no rosto de seu namorado que propôs que se amigassem até a vida adulta quando passa a se relacionar livremente, desprendida de amarras, como quando diz a Jô que “já que não tenho marido, fico com você sem compromisso”, ou quando “[...] eu me esqueci que com homem não se brinca ou talvez eu estivesse procurando, só pode, pois a pólvora perto do fogo tem que queimar e foi o que aconteceu

[...] eu fui falando com ela que não estava arrependida, só não ia vê-lo outra vez” (SILVA, 1983, p. 119).

Enquanto o discurso hegemônico ia definindo a sexualidade das mulheres negras como primitivas e exóticas, uma via possível seria a negação do desejo e a repressão da sexualidade, contudo, tal qual as mulheres do Blues estadunidense, estudadas por Hazel Carby e Ângela Davis³, Carvalho e Silva desafiam o patriarcado com maior liberdade. Não permitem que suas sexualidades sejam limitadas dentro da ordem patriarcal e tomam seus corpos para seus usos de acordo com seus interesses e prazeres, vão vivendo suas vidas independentemente da mora dominante. Não se trata de viver sob o controle de seus apetites sexuais, mas de optar por praticar livremente suas sexualidades fora do imaginário de amor romântico, ligado ao matrimônio, imposto pela sociedade branca e das classes média e alta.

As famílias, tanto de Silva como de Carvalho, foram, de certa forma, construídas em torno de mulheres e das redes que estas articularam. Criando lógicas de comunidade para garantir a criação de seus filhos e filhas:

Mamãe trabalhava na roça, meu irmão mais novo foi para a Usina de Santamaria, o mais velho eu não sei para onde, minha irmã mais velha foi para uma casa de família em Murundú, a abaixo da mais velha ficou na casa de outra família miserável do mesmo lugar, a outra estava na Fazenda com os padrinhos, eu com mamãe. (SILVA, 1983, p. 14).

São constituições familiares de arranjos necessários, que não se restringem a constituição padrão de laços familiares, mas se adequam a materialidade das relações. Carvalho (1982, p. 10) também vivenciou essa realidade: “meu irmão já tinha sido casado e tinha separado da mulher; mas assim que ele arrumou outra companheira, eu passei para a casa de meu irmão [...] então eu passei a viver com meu irmão e voltava lá para dormir com minha mãe na casa grande”.

Essas passagens dos livros mostram o que escreve Freire (1988), ao considerar a ideia de que o ser humano é um ser no mundo, que a sua existência social passa a ser reconhecida a partir do momento em que ele capta, pela sua consciência crítica, nesse caso a escrita, a sua própria realidade. Nesse sentido,

³ Hazel Carby e Ângela Davis estão entre as feministas negras que exploraram esse espaço, as cantoras de blues dos Estados Unidos. Para maiores referências ler Sojourner Truth, Ida Wells, Patricia Hill Collins, Angela Davis, Carol Stack, Hazel Carby, Pratibha Parmar, Jayne Ifekwunigwe, Magdalene AngLygate. *Feminismos negros: Uma antologia*. Traficantes de Sueños: Espanha, 2012.

ao contrário dos animais que são “seres em si mesmos”, os seres humanos são “seres para si”, e que são desumanizados quando submetidos a processos que os tornam em “seres para o outro”, como nas relações de trabalho que se estabeleceram historicamente entre patrões e trabalhadoras domésticas.

As autoras, assim, promovem o que foi proposto por Freire (1988), uma pedagogia que podemos chamar de pedagogia da resistência, pois enquanto integrantes de grupos e povos dominados e excluídos concretizam a possibilidade de se expressarem e de reconstruírem. Ao contrário dessa educação onde informações são arquivadas e depositadas⁴, essas mulheres, Carvalho e Silva, realizam, por si mesmas, uma educação que desenvolve a consciência crítica, resultado de suas inserções no mundo, como transformadoras dele, como protagonistas, como escreve Carvalho “a gente amadurece como banana de carbureto, porque ninguém não ensina, mas a gente aprende tudo” (CARVALHO, 1982, p. 11):. Assim, ao se apropriar da escrita, (re)escrevem suas realidades.

Está contido, nos textos das autoras, o “saber de experiência feito”, termo criado por Freire (1988), que se trata da compreensão de mundo que as pessoas acumulam, integralmente, no itinerário da vida.

Porque é preciso concluir

Lenira Maria de Carvalho em *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica* (1982) e *A luta que me fez crescer* (2000) e Francisca de Souza Silva Carvalho e Silva, em *Ai de vós! Diário de uma doméstica* (1983), ao escreverem de si, captam suas realidades, refletindo sobre si mesmas, suas vidas e suas relações/interações, inscrevem-se no mundo e educam-se a partir da escrita. Educam-se, pois os saberes profundos fazem parte de nossa vivência, são os saberes dos quais nos apropriamos e fazemos nossos, recriando-os e convertendo-os em reais. O discurso sobre as experiências e trajetórias de vida de que as domésticas escritoras, ou escritoras domésticas produzem transcendem as demarcações apontadas por Freire e Fanon ao se referir aos oprimidos – a autodesvalia aqui não se efetiva – são então falas deste subalterno que não era escutado, e ao “publicar” potencializam a possibilidade de ter suas vozes escutadas.

Como já escreveu Hill Collins (2000), no prefácio da sua segunda edição de *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics*

⁴ Referência à educação bancária conceituada por Paulo Freire (1988), “nesta visão ‘bancária’ da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento”.

of *Empowerment*, a consciência de uma mulher negra com respeito a sua própria vida realiza transformações que fortalecem as lutas e vivências das mesmas. Dessa maneira, ao ler os textos de Lenira Maria de Carvalho (1982, 2000) e Francisca de Souza Silva (1983), passamos a ter uma percepção sobre o ponto de vista dessas mulheres negras, sobre como as formas de opressão atuam nos seus cotidianos e em seus corpos, e também deixamos de trabalhar, então, com uma percepção homogênea para pontos de vista que compõem uma coletividade de experiências.

Referências

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. *Revista Estudos feministas*. Nº 2\95. vol. 3. 1995.

BRANDÃO, J. L. *A justa memória: Paul Ricouer explora as relações entre memória, história e esquecimento*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2001.

BUENO, B. O.; SOUSA, C. P.; CATANI, D. B. *Docência, memória e gênero: estudos alternativos sobre a formação de professores*. Psicologia USP, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 299-318, jan. 1993.

CARVALHO, L. M. *Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica*. Rio de Janeiro: Vozes; NOVA, 1982.

_____. *A luta que me fez crescer*. Recife: DED; Bagaço, 2000.

COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. Routledge: Nova York, 2000.

FANON, F. *Os Condenados da Terra*. Tradução de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GONZALEZ, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, Fortaleza, p. 223-244, 1984.

HOOKS, B. *Mujeres negras: dar forma a la teoría feminista*. In: HOOKS, B. *Otras inapropiables*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

POLLAK, M. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SILVA, F. S. *Ai de vós! Diário de uma doméstica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

Data de recebimento: 24.10.2018

Data de aceite: 13.01.2019